

O FARDO HISTÓRICO DO CAPITALISMO DEPENDENTE PETROLEIRO RENTISTA E AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO BOLIVARIANO DA VENEZUELA¹

CARLA FERREIRA*

Resumen

En este artículo buscamos reconstituir las especificidades de la formación económica y social venezolana desde la implantación de la industria petrolera con la finalidad de mejor comprender las disjuntivas y determinantes del proceso político en curso en el país desde 1989 hasta los días actuales – el llamado *proceso bolivariano*. Para eso, trabajamos un debate con dos intelectuales fundamentales que plantearon el problema de la superación del desarrollo dependiente al petróleo: el venezolano Asdrúbal Baptista y el brasileño Celso Furtado. Baptista formuló la expresión síntesis “capitalismo rentístico”. Furtado, a la vez, ha hecho dos trabajos de análisis sistematicos de la economía venezolana, el primer en 1956-57 y el segundo en 1974. Nuestro proceder fue confrontar las tesis de estos dos autores con la experiencia histórica venezolana del período 1920-2010, basandonos, de otra parte, en los aportes ofrecidos por los teóricos marxistas dependentistas, Ruy Mauro Marini y Vania Bambirra. Con ese enfoque, incorporando datos acerca del impacto social de las políticas redistributivas del gobierno bolivariano buscamos ofrecer luces sobre las condiciones sobre las cuales se esta haciendo la presente historia de Venezuela.

Palabras clave: Proceso bolivariano, revolución bolivariana, capitalismo dependiente, capitalismo rentista, chavismo, economía petrolera.

Abstract

In this article we focus on the specifics of the Venezuelan economic and social formation as it emerges from the oil industry development, in order to understand the determinants and disjunctives of the ongoing political process in Venezuela since 1989, which is named Bolivarian Process. With this issue, we establish at beginig a debate with two authors who have placed the problem of overcoming the development of that country dependent on oil: the venezuelan Asdrubal Baptista and the brazilian economist Celso Furtado. Baptista coined the phrase synthesis “rentier capitalism”. Furtado, in turn, produced two systematic studies on the Venezuelan economy, the first written in 1956-57 and the second in 1974. Our procedure was to compare the authors of these theses with the historical experience of Venezuela in the period 1920-2010, and, on the other hand, confronting them with the contributions offered by Marxist *dependentistas* theoreticians, Ruy Mauro Marini and Vânia Bambirra. With this approach, incorporating data social impact of the redistributive policies of the Bolivarian government, we try to offer light on the conditions that the recent history of Venezuela is being done.

Key words: Bolivarian process, Bolivarian revolution, dependent capitalism, rentier capitalism, chavismo, oil economy.

* Doutora em História pelo PPGHIST/UFRGS, pesquisadora do Núcleo de História Econômica da Dependência Latino-americana (HEDLA/UFRGS)

INTRODUÇÃO

É parte de nosso ofício saber que o futuro provavelmente reserve descobertas insuspeitadas pelos esforços dos historiadores do presente em obter conhecimento útil à interpretação da realidade de seu próprio tempo. Daí que o balanço histórico futuro relativo ao *Processo Bolivariano da Venezuela* possa revelar inexata a interpretação histórica que oferecemos hoje. Essa seria apenas uma vicissitude a mais na coleção de tantas outras de nosso *métier*. De qualquer forma, explorar a mínima possibilidade de que uma interpretação possa oferecer luzes à compreensão do presente para melhor transformá-lo nos parece um risco suficientemente válido de correr².

O *Processo Bolivariano da Venezuela* é um desses temas que interpõem grandes obstáculos ao conhecimento devido a seu caráter controverso. Mobilizando paixões inclusive dos mais lúcidos intérpretes e desafiando as teorias disponíveis para explicá-lo, o *Processo* carece até o momento de uma análise a partir da perspectiva das condições econômicas e sociais de média e longa duração que o atravessam³. Nesse artigo, buscamos recuperar a dimensão econômico-social do *proceso* tomando em conta o horizonte de possibilidades e o conjunto de limitações postas pelo desenvolvimento capitalista venezuelano, a fim de contribuir para melhor compreender seu significado histórico. Ou seja, observando os elementos de ruptura que o impulsionam para ensejar uma série de transformações ao mesmo tempo em que certas continuidades pesam como verdadeiras estruturas inflexíveis à vontade dos homens e mulheres em sua práxis histórica. Em outras palavras, uma interpretação que busque apreciar esta experiência social à luz das condições sobre as quais está sendo feita esta história.

Assim, desenvolvemos nosso argumento em quatro partes, partindo de aspectos mais estruturais e avançando em direção à sua dinâmica conjuntural. Na primeira parte, buscamos identificar as características da formação econômico-social venezuelana desde o advento da indústria petroleira, em 1920. Destacamos neste caso as dificuldades para a consolidação de uma industrialização orgânica diante do próprio desenvolvimento do capitalismo venezuelano, o qual denominamos de *capitalismo dependente petroleiro rentista*. Na segunda parte, analisamos duas estratégias para superação dos entraves ao desenvolvimento ou prognósticos elaborados para a superação do subdesenvolvimento, uma de cunho desenvolvimentista e outra de cunho ultraliberal. Na terceira parte, oferecemos uma interpretação crítica às duas estratégias anteriormente apresentadas, à luz das contribuições da teoria marxista da dependência (TMD). E, finalmente, na parte quatro, analisamos as políticas distributivas do governo venezuelano, apontando alguns de seus limites no que se refere aos objetivos superadores da dependência.

A título introdutório, cabe precisar o que referimos ao nomear *Proceso Bolivariano* da Venezuela, *movimiento bolivariano radical de masas e gobierno bolivariano*. O *proceso*, na perspectiva de nossa análise, consiste em um conjunto de acontecimentos econômicos, sociais e políticos de um período histórico inaugurado com o *Sacudón* ou *Caracazo* de 1989 e que se estende até os dias de hoje. Foi no desenrolar desse *proceso* no tempo que emergiu ao longo dos anos 1990 o *movimiento bolivariano radical de masas*, o qual resultou de uma aliança política policlassista entre os trabalhadores precarizados urbanos moradores dos *barrios* com os militares bolivarianos em torno de um projeto de redistribuição da renda petroleira. Finalmente, com a eleição de Hugo Chávez à Presidência de Venezuela, setores desse amplo movimento de massas alcançaram parcela do poder político sobre o aparato de Estado⁴, inaugurando o *gobierno bolivariano*, o qual passou a engendrar um conjunto de novas contradições políticas e sociais no interior do *proceso*. Assim, *proceso*, *movimiento* e *gobierno* configuram-se nesse artigo como fenômenos de naturezas distintas e com autonomia relativa, ainda que integrantes de uma mesmo fenômeno histórico.

Em linhas gerais, o *proceso* pode ser entendido como uma reação social à crise do regime de reprodução do capitalismo venezuelano em sua fase de reestruturação produtiva de corte neoliberal, no seio do qual emergiu como novidade um setor precarizado da classe trabalhadora como sujeito fundamental da luta política, ao mesmo tempo em que abriu em seu seio a possibilidade do comparecimento da classe operária industrial como sujeito político na luta pelo poder, desde 2003. Da mesma forma o *proceso bolivariano* deve ser compreendido como parte de uma conjuntura latino-americana específica. Em quase todo continente, os anos em torno da virada do milênio foram de agitação social. Do México zapatista ao Chile dos estudantes e dos mapuche, do Brasil dos sem-terra ao Equador da CONAIE, da Nicarágua do retorno sandinista à Bolívia operária e indígena, diversos desses movi-

mentos contestatórios conquistaram parcelas do aparato estatal. O Brasil de Lula da Silva, a Argentina do casal Kirchner, a Bolívia de Evo Morales, o Equador de Rafael Correa, o Uruguai de Pepe Mujica, a Nicarágua do retorno de Daniel Ortega e a Venezuela de Hugo Chávez expressaram essa conjuntura, ainda que com diferenciações entre eles. E Hugo Chávez talvez tenha se constituído no governante mais emblemático de todos ou, ao menos, o portador do discurso mais ousado ou provocativo ao regime e à ordem internacional. Essa particularidade venezuelana deve ser buscada, em nosso entender, não apenas nas práticas do líder, mas nas próprias bases econômicas e sociais históricas que fazem de Chávez o líder incontestado desse processo. Assim, concorrem para a particularidade venezuelana os poderes extraordinários e centralizadores do Estado, os quais são proporcionados pela vultosa renda petroleira e a dinâmica de empuxe exercida por um *movimiento* de massas radicalizado em articulação com um setor de militares dispostos a reformar as instituições do país.

O *gobierno bolivariano* da Venezuela liderado por Chávez, por sua vez, recolocou na pauta mundial o tema da revolução socialista, da integração latino-americana e da soberania sobre os recursos naturais. Neste sentido, foi ativo opositor da proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), projeto de integração subordinada dos mercados americanos apresentada pelos EUA, país cuja intransigência provavelmente tenha sido o principal fator a pesar para a oposição brasileira à proposta. Da mesma forma, com base na experiência com a OPEP, apontou para uma política de integração sul-americana orientada para a busca de maior soberania sobre recursos naturais⁵ - ainda que não desprovida de contradições, como é o caso do apoio à IIRSA⁶. Ao mesmo tempo, a Venezuela manteve-se ao longo das gestões de Chávez como uma força econômica e militar não desprezível que impõe limites à penetração estadunidense no continente sul-americano pelo limite norte, em contraste com as concessões territoriais efetuadas pela Colômbia e Peru para fixação de bases militares estadunidenses no entorno amazônico⁷.

Portanto, é no bojo dessa rede de acontecimentos de diversas naturezas que nos dispusemos a oferecer uma perspectiva de análise sobre a história recente da Venezuela. A indagação que nos serve de horizonte recoloca a necessidade de refletir sobre a disjuntiva da dependência e da transformação estrutural. Em outras palavras, repõe um tema que preocupou a geração de intelectuais militantes que, na esteira da Revolução Cubana, renovaram o marxismo ao elaborar uma das mais originais teorias para explicar a particularidade do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, a Teoria Marxista da Dependência (TMD)⁸. No caso da Venezuela, os estudos da dependência colocam o paradoxo de uma situação de um país com abundância de divisas que desenvolveu ao extremo contradições difíceis de contornar a partir das bases nacionais atualmente existentes, o que remete necessariamente para a uma estratégia de integração regional orientada pelo e para os interesses dos povos.

Ao longo dos últimos anos, o *processo bolivariano* vem sendo objeto de interesse renovado. Entre os trabalhos já publicados existem esforços de naturezas distintas. Um primeiro grupo composto por registros memorialístico os quais se constituem como parte de um acervo para futuras investigações, ainda que restritos em termos interpretativos⁹. Um segundo conjunto de trabalhos são os livros dedicados a biografias históricas daquele que é considerado o protagonista central para boa parte dos intérpretes do processo bolivariano, o Ten. Coronel Hugo Rafael Chávez Frías¹⁰. Em seguida, editam-se também grandes reportagens que ensaiam explicações iniciais de aspectos do tema, embora limitados pela escassa crítica de fontes ou indisponibilidade de dados¹¹. Finalmente, os artigos elaborados por cientistas sociais e políticos, historiadores, economistas e também por filósofos os quais discutem, principalmente: o caráter do *Proceso*, com destaque para os estudos sobre o populismo, o nacionalismo e o Socialismo do Século XXI¹²; interpretações sobre as políticas governamentais do governo Chávez¹³; as formas de participação política e a democracia venezuelana¹⁴; a economia petroleira, o tipo de Estado que a caracteriza e sua crise¹⁵, entre outros.

É no contexto destes estudos e servindo-nos de suas contribuições que procuramos explorar uma abordagem distinta. Colocamos em evidência as classes sociais a partir da perspectiva de uma história econômica da dependência. Desta forma, nosso trabalho busca oferecer uma contribuição para a história do *Proceso Bolivariano*, como parte de um empenho mais amplo de construção de uma *história econômica da dependência latino-americana*.

1. O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA VENEZUELANO E A DEPENDÊNCIA PETROLEIRA

A Venezuela enfrentou dificuldades importantes em sua vinculação com o mercado mundial ao longo de todo o século XIX. Ainda que a economia baseada na produção de café, cacau e gado tenha conseguido uma via precária de reprodução social no último quarto do XIX¹⁶, o país chegou a 1920 em uma situação de extrema pobreza. Foi somente com a importância mundial assumida pelo petróleo e a descoberta de sua abundância em águas venezuelanas que esta sociedade encontrou uma via permanente e segura de vinculação ao mercado mundial, ainda que de forma subordinada na divisão internacional do trabalho. Este período coincide com o governo de Juan Vicente Gómez (1908-1936). Porém, se podemos admitir que o impulso ao desenvolvimento capitalista na Venezuela dependeu em grande parte do petróleo, por outro lado, não podemos ignorar que a indústria petroleira impôs severos entraves à industrialização orgânica do país. Vejamos essa problemática mais de perto.

Nos anos 1920, o país começava a dar os primeiros passos em direção à constituição de uma indústria de bens de consumo:

La principal industria manufacturera en Venezuela es la textil, con tres fábricas en Caracas, dos en Valencia, una en Maracaibo y otra en Cumana (...) ellas producen alrededor de 50% del vestido que se usa en el país. El total invertido sobrepasa 2 millones de dólares... Después de las procesadoras de algodón la industria más importante es la de fabricación de cigarrillos... Hay tres cervecerías grandes en Caracas, Maiquetía y Maracaibo... Dos fábricas que elaboran otros productos compiten directamente con los artículos importados: la de papel en Maracay, la cual usa materia prima nacional, y la de papel en Caracas, llamada Fabrica Nacional de Papel... La moderna planta de leche de Maracay produce un promedio de 300 mil libras de mantequilla al año... Esta planta también está equipada para producir queso y leche condensada y tiene una instalación de fabricación de envases propia... Practicamente todos los zapatos que se usan en Venezuela están hechos en numerosos pequeños talleres... [trata-se, portanto, de atividades manufatureiras, como as que são citadas a seguir, não precisamente de indústrias]. Todas las variedades económicas de jabón tocador, jabón de lavar, etc... son hechos en Venezuela por muchas fábricas de jabón que usan el aceite de semilla de algodón local, el aceite de coco, etc., producidos en el país (Bell, 1922: 115-116 *apud* Astorga, 2003: 282).

Neste período, a atividade petroleira restringia-se à extração enquanto alguns setores da indústria, como o têxtil, atingiam níveis superiores a de outros países com dimensões similares às venezuelanas. Ao chegar ao final da década de 1930, as empresas estrangeiras controlavam 85% da extração de petróleo em território venezuelano, sendo 50% explorado pela Standard Oil e 35% pela Shell. Com a transição de uma formação social primário-exportadora para uma formação industrial de tipo enclave, o peso social, político e econômico no interior da sociedade também se alteravam. De uma oligarquia rural agrária tradicional associada a uma burguesia comercial que juntos controlavam de forma restringida as estruturas de poder do Estado, houve uma transferência sem rupturas para novos atores. Os setores do comércio de importação e exportação associados às transnacionais petroleiras, secundados por um não pouco expressivo setor imobiliário que crescia acompanhando a vertiginosa urbanização do país e por camadas médias não proprietárias vinculadas aos serviços estatais convertiam-se paulatinamente em candidatos a controlar as estruturas de poder do país.

Com estes novos setores sociais e econômicos desenvolvia-se o nacionalismo petroleiro, o qual prescrevia que o petróleo deveria ser salvaguardado, como riqueza nacional, para as futuras gerações. Neste contexto, surgiu, pela primeira vez, em 1936, a formulação *sembrar el petroleo*, cunhada originalmente por Arturo Uslar Pietri, para expressar a necessidade de transformar o efêmero e corruptor dinheiro proveniente do petróleo em riqueza permanente:

Si tuviéramos que proponer una divisa para nuestra política económica lanzaríamos la siguiente, que nos parece que resume dramáticamente esa necesidad de invertir la riqueza producida por el sistema destructivo de la mina, en crear riqueza agrícola reproductiva y productiva: sembrar el petróleo (Uslar Pietri, 1977).

Foi o sucessor de Gómez, Eleazar López Contreras (1936-1940), quem pela primeira vez mobilizou o Estado para ativar a economia em seu conjunto e a indústria não petroleira em particular. Para isso, constituiu instituições como o Banco Industrial de Venezuela, em 1937, com 60% do capital total oriundo do governo e criou leis sobre Aduanas (1936), o Banco Central (1939) com uma lei para regular o sistema bancário, além de uma Lei trabalhista (1936), enfim, criou as bases de um Estado nacional para uma política de *siembra del petróleo*.

Porém, a disposição de avançar rumo à industrialização encontrou rapidamente uma dificuldade nada desprezível. Em 1939, um acordo de reciprocidade comercial com os Estados Unidos (EUA) concedeu vantagens aduaneiras para produtos industriais estadunidenses em 88 ramos. Em troca, 90% das exportações venezuelanas, predominantemente de petróleo, foram integradas ao tratado (Astorga, 2003). Este evento resume um primeiro momento em que se verifica claramente a prioridade do petróleo como produto demandado pelo mercado e a subordinação da diversificação industrial nacional a este determinante. O acordo comercial com os EUA não seria o único empecilho para a industrialização venezuelana, mas cumpriu naquele momento um papel extremamente limitador para esse objetivo.

De qualquer forma e apesar do acordo, a Venezuela precisou se abastecer de produtos industriais produzidos nacionalmente durante a II Guerra Mundial, uma vez que o mercado estadunidense não pôde suprir certas necessidades. Assim, no período compreendido entre 1940-57, “surgieron brotes industriales estimulados o forzados por la penuria de importaciones durante la guerra, por la política de obras públicas de los gobiernos y algunas medidas proteccionistas tomadas sin atención a un plan de industrialización” (Maza Zavala, 1982: 330). Essa tentativa industrializadora e as seguintes que terão lugar no país enquadra a Venezuela entre os países de tipo B, conforme tipologia elaborada por Vânia Bambirra ao analisar os diferentes processos de industrialização entre formações sociais latino-americanas. Isso significa que a Venezuela experimenta seu impulso industrial em um período em que o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial já transitou para a fase dos monopólios e do capital financeiro. Quer dizer, em uma etapa em que a economia mundial passa a ser fortemente determinada pela dinâmica impressa pelos monopólios, os quais definem em grande medida a demanda mundial por matérias-primas e a oferta de produtos industriais. A consequência dessa industrialização tardia sob condições monopólicas para uma economia nacional tem fortes repercussões sobre sua estrutura produtiva, a qual nasce conformada a essas condições. No caso da economia petroleira, sua subordinação ao mercado mundial é praticamente absoluta, dada a importância estratégica deste combustível para a economia mundial ao longo de todo o século XX.

Em 1945, um novo governo entraria em cena pelas mãos de um golpe civil-militar. Ainda que sem um plano industrializador claro, o chamado *triênio* (1945-1948), liderado pelo partido em ascensão no contexto do crescimento urbano dos setores médios, *Acción Democrática* (AD), com apoio de um segmento militar, fez esforços por impulsionar a indústria. Para isso, incrementou em 700% o orçamento do Ministério de Fomento, principalmente para a *Corporación Venezolana de Fomento*. Os recursos para isso, seguindo a lógica da *siembra petrolera*, deveriam ser buscados no incremento da renda. Então, com o Presidente Rómulo Betancourt, os ingressos estatais obtidos do setor atingiram o topo: 28,5%, o mesmo existente nos EUA. A derrubada do governo, três anos depois, colocou o Gal. Pérez Jiménez (1948-1958) no comando da nação. Com este governo, a ênfase não seria mais o investimento industrial, mas o direcionamento da renda para a construção de obras públicas. A estratégia da *siembra petrolera* seria interrompida por dez anos.

Entre 1951 e 1957, desenvolveram-se laços objetivos e diretos que fizeram brotar a aliança entre setores do capital nacional e imperialista com apoio e fomento estatal. Stephen Rabe registrou que a Venezuela, com apenas sete milhões de habitantes em 1957, se converteu no sexto maior mercado consumidor do mundo de produtos estadunidenses. A formação social venezuelana, vinte anos depois do acordo de cooperação comercial, experimentava então uma espécie de dupla dependência em relação aos Estados Unidos da América. Aquela proveniente do mercado consumidor estadunidense para o seu principal produto de exportação, o petróleo – o qual apresenta uma renda diferencial¹⁷ importante e, portanto, é cobiçada pelas empresas do setor. E aquela proveniente da produção estadunidense de bens de consumo ou de capitais. A indústria petroleira consolidava-se como a mais importante do país e, apenas cinco anos depois do início da refinação de petróleo em território nacional, este havia superado todas as demais exportações, apesar do crescimento de outros produtos no mesmo período. Recorde-se que, se em 1927, a extração de petróleo representava 76% das exportações, em 1948 este percentual atingia

96% do total de produtos venezuelanos vendidos no mercado externo (Cordova, 1977, p. 141). Uma dependência tão extrema que nos autoriza a falar de um *capitalismo dependente petroleiro*.

A crise do *perezjimenismo* que se seguiu esteve associada à reversão do ciclo expansivo do capital a qual produziu uma contração fiscal em espiral que fez o setor empresarial sentir-se pressionado pelos credores ou mesmo ameaçado de falência (Coronil, 2002). O 23 de Janeiro de 1958, dia seguinte a sua queda, se converteria no símbolo da ampla aliança policlassista assentada sobre a maximização da renda petroleira que predominaria no país até meados dos anos 1980, mantendo-se claudicante até a vitória de Hugo Chávez para a Presidência em 1998. O 23 de Enero encarnava a convicção de que a partir de então seria, sim, possível *sembrar el petroleo*.

2. SIEMBRA PETROLEIRA OU REESTRUTURAÇÃO NEOLIBERAL: DUAS ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DO RENTISMO PETROLEIRO

Em tal contexto, uma política de substituição de importações mais planejada do que aquelas surgidas no interregno da II Guerra seria possível. Essa política estaria orientada para o suprimento de um mercado interno inflado pela distribuição desigual mas ainda assim não desprezível da renda petroleira e que, a seu modo, apresentava dimensões suficientes para fazer lucrativa a implantação de algumas plantas industriais (Maza Zavala, 1980: 269).

Porém, o fardo de uma industrialização de tipo petroleira em um país de industrialização tardia¹⁸ fazia-se sentir fortemente em 1960. Os 40 anos de atividade petroleira e duas décadas de vigência do acordo comercial com os EUA produziam severas distorções sobre a estrutura produtiva e a ocupação da força de trabalho. O desenvolvimento de um setor demasiadamente mais dinâmico frente a outros acarretava dificuldades de amplo alcance. Mostafá Hassan (1975: 87) demonstrou que a Venezuela estava abaixo da média latino-americana de emprego na indústria, ocupando apenas 18,1% do total de sua força de trabalho nesta atividade (sendo a metade dela em empresas artesanais, ou seja, apenas 9% era precisamente emprego industrial) contra a média de 27% do continente, em 1960. Advertiu, ainda, que o poder de atração dos salários petroleiros, 400% maiores em relação à remuneração rural em algumas zonas, articuladamente com a deterioração das condições de produção agrícola, gerava um dos mais rápidos processos de urbanização dos tempos modernos. O percentual de trabalhadores empregados na agricultura descendeu de 71%, em 1936, a 36,5%, em 1961 (*id.*, *ibid.*: 81).

O período de 1958-1998 esteve definido a partir de uma série de acordos firmados entre trabalhadores, empresários e os partidos políticos dos quais advém a expressão *puntofijismo*¹⁹ para designar o regime político vigente na segunda metade do século XX na Venezuela. Assim, se Pérez Jimenez havia operado a subordinação da indústria nacional às regras da divisão internacional do trabalho de forma aberta, *Punto Fijo* significava a disposição de ampliar o espaço da indústria nacional mediante uma aliança com o imperialismo oferecendo em contrapartida a contenção das demandas dos trabalhadores²⁰. Nos governos seguintes, de Acción Democrática —com Rómulo Betancourt (1959-1963), Raúl Leoni (1964-1969), Carlos Andrés Pérez (1974-1979 e, depois, 1989-1992), Lusinchi (1984-1989)— e COPEI —com Rafael Caldera (1969-1974 e, depois, 1993-1998) e Luis Herrera Campins (1979-1984)— foram feitos esforços pelo desenvolvimento da indústria nacional não petroleira. *Punto Fijo* tentaria investir produtivamente a renda do petróleo até 1983, quando ocorrerá uma super desvalorização da moeda nacional, o Bolívar, no chamado *Viernes Negro*.

Foi no contexto dessa transição do *perezjimenismo* para o *puntofijismo* que o economista brasileiro Celso Furtado²¹ realizou o seu estudo sobre a economia venezuelana. Para aquele momento, a Venezuela havia despontado no cenário regional como um caso paradoxal de excesso de divisas advindas da atividade petroleira acompanhada de grandes disparidades entre a estrutura da produção e a ocupação da força de trabalho, com acentuadas diferenças de produtividade entre os setores, bem como desigual distribuição de renda e baixo padrão de consumo da população trabalhadora. Enfim, carregando todas as mazelas de uma sociedade profundamente desigual, apesar de ser, em 1957, a economia “subdesenvolvida” com mais alto nível de produto *per capita* existente no mundo. Assim, no bojo de sua análise sobre a forma como se deu o desenvolvimento venezuelano no período, o relatório afirma que:

a expansão do setor petroleiro foi condição necessária, mas não suficiente, para que desenvolvessem os demais setores. Constitui o verdadeiro elemento dinâmico a renda

transferida ao governo. Por outro lado, é a forma como se utiliza essa renda – a orientação dos gastos públicos – que determina a intensidade de absorção de mão de obra e recursos naturais disponíveis e de expansão da capacidade produtiva (Furtado, 2008: 49).

O economista brasileiro acreditava que uma correta política econômica estatal seria capaz de fazer superar as dificuldades do país e alertava para uma tendência clara da estrutura produtiva para uma absorção relativamente escassa de mão de obra. Daí que asseverasse sobre a forma particular como esta característica generalizada das economias dependentes se materializara na formação social venezuelana:

É interessante notar que o desenvolvimento venezuelano, ainda que se apresente em termos muito diferentes do usual das economias latino-americanas, criou problemas que exigem soluções correntes nessas economias. Com efeito, na quase totalidade das economias latino-americanas os problemas mais fundamentais são a escassez relativa de capital e a reduzida capacidade para importar. A estes dois fatores se deve a lenta absorção do excedente da população. Na Venezuela a situação é praticamente oposta: o sistema tende a afogar-se em excesso de capacidade para importar e de recursos financeiros. Mas esse mesmo processo de afogamento criou o desequilíbrio fundamental entre o nível médio da produtividade e o dos salários monetários – em relação aos países que concorrem no mercado venezuelano. Esse desequilíbrio está na raiz do que chamamos as “peculiaridades” do desenvolvimento da economia deste país. É a causa última do processo crescente e geral de sobremecanização e da lenta absorção da população do país em atividades de produtividade mais elevada (Furtado, 2008: 57).

Passados 17 anos daquele diagnóstico inicial, agora em 1974, o principal teórico brasileiro da CEPAL voltaria a analisar a designada *sui generis* realidade socioeconômica venezuelana. Em um contexto de elevação acentuada e constante durante quatro anos dos preços internacionais do petróleo, vaticinava:

É um sistema econômico-social fundamentalmente orientado para o consumo e o desperdício e no qual a renda é muito concentrada e provavelmente tende a se concentrar de forma permanente (Furtado, 2008: 111-112)

[...]

pois a tendência do sistema será no sentido de prosseguir na desorganização do setor agrícola e dos remanescentes das atividades semi-artesaniais, o que levará o governo a ampliar a massa de subsídios destinados a amparar a população desempregada. Paralelamente, crescerá o coeficiente de importações, particularmente no setor de bens de consumo duráveis” (*id.*, *Ibid.*: 122).

No que se refere à agropecuária, cabe assinalar que sequer a predominância da grande propriedade significou qualquer desenvolvimento de um capitalismo no campo, com mecanização e produção extensiva, a exemplo de outros países da região. Refletiu, ao contrário, uma situação de crescente abandono da produção agropecuária. No relativo à indústria, o relatório de Furtado afirma que as condições prevalentes na Venezuela mantiveram as importações no mais alto nível, freando o processo de integração do sistema industrial e reduzindo as dimensões do mercado. A industrialização não petroleira encontraria na disponibilidade de renda e na facilidade de importar produtos industriais um obstáculo duradouro.

O fato é que, entre 1959 e 1974, apesar dos esforços por políticas de desenvolvimento industrial dos sucessivos governos de AD e COPEI, o setor não petroleiro seguiu sofrendo dificuldades devido ao imperativo de que não deveria causar qualquer transtorno social ou econômico para as companhias transnacionais e para o robusto setor de exportação e importação. A abundância de divisas, neste período, em vez de possibilitar investimentos produtivos (uma intenção permanente da política de *siembra petrolera*), atraía os recursos disponíveis para atividades especulativas altamente rentáveis (Coronil, 2002: 278). Foi neste contexto que o governo de Carlos Andrés Pérez protagonizou a nacionalização da indústria petroleira, em 1º de janeiro de 1976, e colocou de uma forma nova a questão da repartição das rendas. Porém, a tentativa de exercício de maior soberania nacional sobre o recurso natural e a renda, paradoxalmente, provocou uma maior internacionalização da empresa:

En la medida en que esta confrontación [a respeito dos ingresos petroleros] distributiva se acentuaba — y, por otra parte, se mantenía el mensaje a las empresas multinacionales de la conveniencia de su presencia en áreas como tecnología, mercados internacionales y financiamiento —, prosperó el criterio, sustentado principalmente por altos dirigentes de la industria, de un enlace efectivo entre las funciones de PDVSA y las realizadas por las empresas multinacionales, ahora procedentes de todas las nacionalidades en el ámbito tanto público como privado.

[...]

Esa estrategia de PDVSA y sus filiales, a los años posteriores a la nacionalización o estatización, consistió, a corto y mediano plazo, en una apertura con las empresas petroleras internacionales (Rodríguez, 2006: 108-110).

A análise de Rodríguez é corroborada por dados oferecidos por Zavala sobre o pagamento por assistência técnica a ex-concecionárias petroleras bem como pelas condições contratuais assinados no marco da nacionalização que obstaculizavam o acesso direto a mercados internacionais por parte dos operadores venezuelanos. Segundo Zavala “los contratos de comercialización y tecnología son los instrumentos principales de dominación de la industria petrolera venezolana nacionalizada por las corporaciones transnacionales” (Maza-Zavala, 1981: 185). Portanto, a nacionalização encontrou limites objetivos na dependência comercial e tecnológica, convertendo-se em “nacionalización transnacionalizada” (*id.*, *ibid.*: 180). Isso levou a uma nacionalização que manteve desde o início uma política de integração com as transnacionais do setor, política esta que opunha os interesses de uma parcela do aparato estatal com a outra parcela representada pelos setores que controlavam PDVSA.

A abundância de recursos e a oposição entre os interesses da empresa e do restante do aparato do Estado provocaram uma situação inusitada. A partir de 1983, enquanto a economia venezuelana entrava em colapso a partir de uma brusca desvalorização do Bolívar e o sistema social e político do país começava a se esboroar, com protestos de rua de motivação econômica representando 82% das mobilizações do país (López Maya e Lander, 2005:26)²², PDVSA expandia-se para mercados como o estadunidense e o europeu, adquirindo ou se associando a empresas para constituir uma estrutura própria de distribuição por meios de suas operadoras Citgo, AB Nynas Petroleum, Ruhr Oel, Uno-Vem Company, refinaria Isla, entre outras. Esta expansão consistia em uma estratégia de resistir às ambições de *siembra petrolera*, por meio da exportação de capitais. Para isso, os setores empenhados em autonomizar PDVSA aprovaram uma estrutura regulatória que evitava a maximização da renda por parte do Estado. Petróleos de Venezuela debatia-se contra a nacionalização. Foi este conflito ocorrido no interior do aparato estatal que provocou a percepção de que a empresa havia se convertido em um “Estado dentro do Estado”.

Venezuela convertia-se em um caso radical de “crescimento sem desenvolvimento”²³ ou de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”²⁴. É neste contexto que Carlos Andrés Pérez retorna ao poder nas eleições de 1988, alcançando a vitória eleitoral sobre a esperança de restaurar a prosperidade do auge petrolero de 1973. Mas ao assumir a presidência adotou o mesmo perfil transformista que caracterizou parte dos partidos de matriz social democrata nos anos 1990 e aplicou um programa de austeridade aos moldes do que era preconizado pelo Fundo Monetário Internacional. A *Gran Viraje*, na prática, tratou de quebrar o pacto de partilha ainda que desigual da renda petrolera entre os diversos setores sociais que havia servido de modelo para *Punto Fijo*. A *siembra petrolera* havia demonstrado seus rígidos limites e novas estratégias de superação das dificuldades econômicas do país seriam adotadas.

Entre as medidas do programa de CAP, o aumento do preço da gasolina — resultando na elevação das tarifas do transporte — provocou uma resposta popular violenta, a partir do 27 de fevereiro de 1989, com uma série de saques nas maiores cidades do país e cuja repressão violenta causou um número controverso de mortos, no episódio da história recente da Venezuela denominado de *Sacudón* ou *Caracazo*²⁵. As políticas neoliberais aplicadas na Venezuela, ironicamente, ao retirar os controles e privilégios estatais, intensificaram as práticas oligopólicas:

Imposibilitados ahora de confiar en el apoyo del Estado, los grupos económicos importantes basaban la obtención de ganancias en el control de aspectos claves del mercado: desde la monopolización de insumos, hasta la formación de opinión pública a través de los medios de comunicación [...] en las condiciones del neoliberalismo, el poder centralizado no se

dispersó, sólo cambió de forma. Las alturas desde las cuales se ejerce el mando ya no están en el poder del Estado, sino de los más difusos e invisibles centros privados del poder público (Coronil, 2002: 424).

Apesar da reação popular, os governos venezuelanos dos anos 1990 seguiram o receituário do Consenso de Washington. Para PDVSA isso se traduziu na chamada “abertura petroleira”, um conjunto de medidas destinadas a aumentar a competitividade da empresa em associação com as transnacionais, no contexto da mundialização do capital (Chesnais, 2005), as quais previam: a) convênios operativos para a reativação de campos marginais; b) associações estratégicas para exploração na faixa do rio Orinoco; c) convênios de prospecção de risco para novas áreas e produção de hidrocarbonetos sob o esquema dos lucros compartilhados. Este conceito ampliou-se para as atividades como a petroquímica, a exploração de carvão, serviços contratados, e programas de poupança e investimento (Rodríguez, 2006: 114; Mommer, 2003: 175 e 176)

Um dos intelectuais venezuelanos que colaborou diretamente com esta política, depois da queda de Pérez, em 1993, foi Asdrúbal Baptista. Ele, com base em investigação dos limites estruturais da economia petroleira havia diagnosticado uma década antes:

Lo que se ha denominado el patrón de acumulación capitalista-rentístico tiene que ver con una estructura económica cuya dinámica descansa, en gran medida, en el aprovechamiento, para los fines del crecimiento económico, de unos excedentes no producidos por la sociedad nacional. Esta última se apropia de unos excedentes con cargo a una propiedad territorial suya, que tiene enormes consecuencias económicas en el comercio internacional. Estos excedentes [...] se producen en el resto del mundo, y Venezuela consigue hacerlos suyos.
(...)

Sobre este fundamento se va a erigir una estructura singular. Esto es, la acumulación de capital en Venezuela habrá de descansar, durante décadas, en unos excedentes que la acumulación misma no produjo. La lógica del crecimiento de dicha estructura, por consiguiente, no podía sino ser distinta, esencialmente distinta. En un plan cuantitativo, el ritmo de la acumulación física de capital, desde cualquier punto de vista, fue de una magnitud espasmosa (Baptista, 2006: 79).

A perspectiva de análise de Baptista aponta limites estruturais à acumulação de capital na Venezuela, particularmente no setor produtivo não petroleiro. Porém, ao restringir-se ao estudo da acumulação ($D' - D''$), deixa de lado aspectos fundamentais do ciclo do capital na primeira fase da circulação ($D-M$), na fase da produção (...P...) e na segunda fase da circulação ($M' - D'$). Em primeiro lugar, não capta os problemas advindos da primeira fase da circulação ($D-M$), na qual, parte significativa dos investimentos de capital é estatal, ainda que parcela dos meios de produção sejam importados, tendo que enviar royalties ou pagar por sua aquisição, transferindo valor produzido nacionalmente para as economias do capitalismo central detentoras dessas tecnologias, e que a mão-de-obra incorporada a esse processo é quantitativamente exígua relativamente ao conjunto da força de trabalho disponível internamente ao país. Ou seja, os limites apontados por Baptista, desconhecem, pelo menos, dois fatores centrais para compreender as dificuldades da economia venezuelana. De um lado, as transferências de valor para os países produtores de bens de capital. De outro, o crescente incremento de um exército industrial de reserva advindo da característica capital-intensiva da indústria petroleira.

Em segundo lugar, na fase produtiva (...P...), o processo de extração petroleira implica em uma alta taxa de mais-valia em relação aos demais ramos da economia nacional, dada a elevada produtividade do trabalho no setor petroleiro venezuelano causado, de um lado, pela alta mecanização dessa indústria, e de outro, pela elevada renda da terra auferida aos poços de petróleo do país. Isso traz implicações sobre a estrutura produtiva nacional com grande desequilíbrio entre os setores. Mais do que isso, a elevada produtividade desse setor em relação aos demais exerce uma atração sobre o capital que descapitaliza crescentemente e até a extinção outros ramos produtivos industriais ou agrícolas onde a lucratividade ou é nula em relação aos produtos importados do mercado mundial ou muito baixa em relação ao petroleiro.

Em terceiro lugar, na segunda fase da circulação ($M' - D'$), o fato de que esse produto é realizado em sua maior parte no mercado externo, permite a captação de uma renda diferencial elevada que abastece

ce o Estado com divisas abundantes e o converte em um órgão dotado de um poder extraordinário no interior da formação-social. Da mesma forma, a realização da produção no mercado externo gera uma autonomia da estrutura produtiva nacional em relação às necessidades de consumo da população, ou, dito de melhor forma, prescinde do consumo interno desse produto para sua realização. Isso provocará uma verdadeira cisão no ciclo do capital na economia venezuelana, rompendo as relações de interdependência entre as fases que caracteriza um processo de industrialização orgânica.

Assim, apesar dos limites da análise centrada no *padrão de acumulação* oferecida por Baptista e que a perspectiva do *padrão de reprodução* supre em grande medida, a queda, a partir da década de 1970, da taxa de acumulação de capital no setor não petrolero da economia de fato apontava para limites estruturais do padrão de reprodução do capital²⁶ nesta formação econômico-social. A Tabela 1 reúne informações que permitem avaliar algumas tendências históricas da acumulação de capital na Venezuela. O dado mais importante para nosso raciocínio é proporcionado pela coluna K, que expressa a parcela do excedente à disposição dos capitalistas não petroleros – depois de deduzidos os gastos de seu consumo privado e os gastos com a depreciação do capital fixo destinada a repor os investimentos produtivos sob a forma de fundo de acumulação do capital. Em outras palavras, trata-se do *quantum* de lucro apropriado pelos capitalistas não petroleros que se transforma imediatamente em novo capital. Nos termos da contabilidade social, o resultado da coluna K corresponderia ao indicador *formação líquida de capital fixo* no setor não petrolero. A coluna nos informa que houve, portanto, entre os anos 1936 e 2001, uma redução de Bs\$ 12,3 trilhões de bolívares na aplicação destinada ao capital privado para reinvestir produtivamente²⁷. Isso denota uma queda acentuada na taxa de acumulação nos ramos da produção interna, excetuando o petróleo, chegando ao ponto de reduzir a conversão do lucro ou renda em novo capital a índices negativos a partir dos anos 1990 – de tal maneira que nem a transferência da renda petrolera para os demais setores e ramos da produção nacional impediram que estes últimos sofressem violenta queda no ritmo e volume da atividade.

TABELA 1

La Acumulación de Capital en Venezuela: información estadística relevante 1936-2001
(Billones de Bolívares)

	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(H)	(I)	(J)	(K)	(L)	(M)
1936- 1950	0,04	0,04	0,01	0,01	0,003	0,005	0,03	0,01	0,06	0,02	0,01	0,01	0,01
1951-1970	0,34	0,30	0,08	0,02	0,03	0,05	0,27	0,08	0,50	0,20	0,04	0,05	0,06
1971-1990	5,0	3,36	1,50	0,33	0,43	0,63	3,39	1,50	6,31	2,95	0,003	0,59	1,03
1991-2001	211,0	128,0	34,0	28,0	15,7	8,47	149,7	33,9	274,4	146,3	-12,4	9,2	47,8
1936-2001	216,4	131,8	35,5	28,4	16,2	9,2	153,4	35,5	281,3	149,5	-12,3	9,9	48,9

Notas:

(A) Excedente neto de explotación

(B) Remuneración del trabajo

(C) Renta petrolera

(D) Inversión en el sector petrolero

(E) Inversión privada (se excluye el gasto en viviendas)

(F) Inversión pública

(G) Excedente bruto de explotación disponible por los capitalistas no petroleros

(H) Renta petrolera

(I) Consumo privado. Esta cifra incluye el 80 por ciento del gasto en viviendas

(J) Consumo del excedente. Esta cifra resulta de deducir del total del consumo privado, que incluye el 80 del gasto en viviendas, el consumo de los asalariados, que es igual al monto de sus remuneraciones

(K) Diferencia entre el excedente disponible (columna G) más el consumo del capital fijo privado, menos los gastos de consumo de los capitalistas (columna J) y los gastos de inversión privada (columna E)

(L) Gasto en viviendas

(M) Consumo de capital fijo

FONTE: Baptista, 2006: 203. Grifo da coluna K por C.F.

A tendência de baixa sucessiva da participação do produto manufatureiro não petrolero no PIB verifica-se de forma permanente desde 1988. Da mesma forma, observa-se a redução da participação do emprego na manufatura sobre o emprego total, no mesmo período (Vera, 2009: 99). É com base em dados como esses, entre outros, que Baptista faz essa afirmação:

los recursos potencialmente invertibles tuvieron en alguna medida un uso más bien dirigido al consumo. En segundo lugar, el violento cambio de uso de los excedentes invertibles a partir de finales de los años 70, llegándose a verdaderos extremos hacia mediados de los años 90.

(...)

Lo así discernido brinda un sólido apoyo a la tesis, sostenida reiteradamente, del colapso del proceso de acumulación de capital a partir de cierto momento crítico, valga decir, del derrumbe de la estructura capitalista rentística sobre la cual se sostuvo el curso de la economía venezolana por muchas décadas (Baptista, 2006: 202. Grifo C.F.).

Agora, se as constatações de Baptista a respeito dos limites impostos pelo capitalismo rentista à diversificação industrial e ao desenvolvimento orgânico da economia venezuelana está correto, o mesmo não se pode dizer da tese sobre o seu colapso. Há evidências de que o capitalismo rentista vem encontrando sobrevivência sob uma forma renovada com o processo político inaugurado no país com as eleições de 1998, que impulsionou a reativação da OPEP em uma conjuntura em que também foram elevados os preços internacionais do petróleo. Tampouco a alternativa formulada pelo autor para contornar esta situação confirmou-se como uma saída viável em seus objetivos. É que Baptista propôs uma retirada estratégica do Estado da atividade petrolera como forma de cortar pela raiz os imperativos da renda e suas idiosincrasias sobre a economia venezuelana. O retorno do capital privado transnacional ao setor petrolero permitiria, segundo ele, que a lógica acumulativa de capital voltasse a imperar na economia venezuelana, oferecendo uma maior estabilização para a reprodução social. A normalização das condições de mercado e o fim do Estado protecionista ávido por renda para subsidiar o consumo e o desperdício seriam os pré-requisitos fundamentais para superar o colapso da economia venezuelana, acreditava Baptista. Porém, a aplicação desta receita nos anos 1990 produziu resultados contrários às teses de nosso autor. Trouxeram consigo, isso sim, um aguçamento dos problemas por ele apontados.

Leonardo Vera (2009) apresentou dados a respeito de uma transformação estrutural na economia venezuelana com marcada tendência desindustrializadora desde o final dos anos 1980, sendo que há 40 anos já se verificam mudanças na estrutura do PIB. O interessante é que Vera não restringe a mudança estrutural ao choque ortodoxo neoliberal dos anos 1990 ainda que, de fato, como demonstrou Palma (2005), os processos de desindustrialização nas economias dependentes nos anos 1980 e 1990 tenham gerado níveis de renda *per capita* inferiores aos do período anterior. A transformação da economia venezuelana, além de ser impactada pelas medidas recomendadas pelo FMI, teria iniciado já no final da década de 1960:

Al analizar la variación puntual en la participación (sobre el producto total) de cada uno de los distintos trece sectores a lo largo de todo el período que va desde 1968 a 2005 encontramos que los mayores cambios se registran claramente en la actividad petrolera y en el sector industrial. Casi puede afirmarse que durante este período los grandes cambios en la estructura productiva se concentran en estos dos sectores. Por un lado, la participación de la actividad petrolera dentro del producto pasa del 15,5 por ciento en 1968 al 30,4 por ciento en el 2005. Por otro, la industria manufacturera reduce su participación en el PIB total desde el 18 por ciento al 11 por ciento. Conviene precisar que para el año 1968 (cuando comienza esta serie historia del PIB sectorial anual) la economía venezolana transitaba por una fase de apogeo industrial. Previamente y probablemente hasta finales de los años cincuenta, la gran transformación estructural que ocurre en la economía venezolana se sintetiza en la dramática pérdida de participación del producto agrícola sobre el producto total, la creciente participación del sector petrolero y la incipiente presencia del producto industrial (Vera, 2009: 96-7)

Assim, também a queda do ingresso fiscal petrolero verificado no período neoliberal já era uma realidade desde 1981 e manteve-se até o ano 2000. Neste caso, as recomendações de Washington em vez de serem as causas desta queda seriam, melhor dizendo, incapazes de contê-la. Em 1981, eram pagos US\$

0,71 por cada dólar exportado. Em 2000, o valor era de US\$ 0,39 centavos de dólar. O resultado disso foi a redução vertiginosa do investimento público (Mommer, 2003: 176), sem uma correlata recuperação da economia o que causou um abalo nas estruturas sociais do país sem oferecer uma alternativa positiva. Tal queda não foi contida pela massiva privatização de empresas públicas ocorrida entre 1989 e 1998, nos governos Carlos Andrés Pérez e Rafael Caldera, como argumentaram seus defensores à época. Ao contrário, foi agravada pelo socorro dado ao sistema financeiro que acabou por esgotar as contas públicas. Tudo isso nos leva a sustentar que, dentro do capitalismo dependente latino-americano, a Venezuela expressa a partir do início da atividade petroleira um tipo particular de formação econômico-social, que denominamos *capitalismo dependente petroleiro rentista*.

3. TRANSFERÊNCIA DE VALOR E O DIVÓRCIO ENTRE A ESFERA DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO NA ECONOMIA VENEZUELANA

Ao iniciar-se o governo de Hugo Chávez, em 1999, o capitalismo venezuelano não havia conseguido atingir os objetivos superadores do subdesenvolvimento nem mediante a estratégia da *siembra petrolera* nem com a reestruturação produtiva dos anos 1980-1990. Ao contrário, como vimos, apesar dos esforços ensejados por diferentes governos (1) aprofundou a dependência das exportações petroleiras e das importações dos demais bens; (2) manteve e acentuou as disparidades entre o pólo dinâmico (de maior produtividade) e os demais setores econômicos não petroleiros, (3) aprofundou desigualdades sociais. Desta forma, a consequência da hiper concentração de capital no setor petroleiro foi a atrofia dos demais setores industriais e agrícolas que não estivessem vinculados diretamente ao petróleo. Esse pólo produtivo menos dinâmico, industrial não petroleiro e agrícola, representaria o outro lado da moeda da economia petroleira dependente, marcado pela redução da produtividade inclusive em atividades tradicionais como a produção cafeeira e de cacau (Sánchez, 2005: 196). Esse quadro levou à “situação absurda na qual um país com abundante terra fértil importava 75% de seus alimentos” em meados dos anos 2000 (Raby, 2006: 234). Essa característica nos traz forte evidência, no capitalismo venezuelano, do fenômeno do divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo dos trabalhadores, evidenciando uma verdadeira cisão no ciclo do capital em seu processo de reprodução.

Esta cisão deriva, em nosso entender, não apenas das constatações furtadianas expressas em seus estudos sobre a Venezuela, as quais apontam a sobremecanização com lenta absorção da população em atividades de produtividade mais elevada como um dos problemas mais fundamentais da economia venezuelana. Segundo Furtado, a peculiaridade do país seria não compartilhar dois dos problemas mais fundamentais das demais economias latino-americanas: a “escassez relativa de capital” e uma “reduzida capacidade de importar”. É neste ponto que a análise deste que foi um dos mais importantes economistas brasileiros do século XX encontra seus limites ao não penetrar nos nexos causais das formações econômico-sociais dependentes. O que essas formações sociais compartilham de mais fundamental são três determinações do seu próprio processo histórico de vinculação ao mercado mundial, as quais puderam ser apontadas graças à síntese superadora construída criticamente sobre as próprias bases da reflexão cepalina relativa à deterioração dos termos de troca e que foi elaborada pelo ensaio de Ruy Mauro Marini, *Dialética da Dependência* (1973).

Assim, segundo Marini, o problema mais fundamental da totalidade das economias latino-americanas residiria no que designou como o “segredo da troca desigual”, isto é, as *transferências de valor* que operam exportando excedentes produzidos no interior das economias latino-americanas para as economias centrais ou imperialistas de industrialização prévia. As transferências de valor¹, no caso venezuelano, são operadas em um primeiro momento, na primeira fase da circulação (D-M), pela importação de bens de capital, uma vez que a economia venezuelana não conta com um setor I (produtor de bens de capital) capaz de suprir esse ramo. Isso significa que as transferências se darão por meio do pagamento de royalties e por meio de convênios de assistência técnica às máquinas e equipamentos importados. Em um segundo momento, a alta taxa de mais-valia (mv/v) alcançada no processo produtivo devido à elevada produtividade do trabalho ($P=mp/ft$) em poços mais produtivos que a média e com o uso de máquinas e equipamentos poupadores de força de trabalho, redundarão em um outro mecanismo de transferência, na segunda fase da circulação, quando uma parte da elevada renda auferida será apropriada ou pelo Estado, via PDVSA, ou pelas transnacionais do petróleo que operam no país. No caso do Estado, a

reprodução ampliada da dependência se realizará mediante a transferência de parte dessa renda por meio de contratos comerciais que permitirão a distribuição dessa mercadoria no mercado mundial cujo controle é monopólico. Historicamente, a própria PDVSA também operou transferências para suas filiais no exterior, durante a chamada internacionalização da empresa. E no caso das empresas transnacionais, mediante a remessa de lucros para o exterior. As transferências de valor consistiriam, portanto, em uma exportação de excedentes que conformariam e perpetuariam historicamente a posição subordinada da economia venezuelana na divisão internacional do trabalho.

Segundo Marini, as transferências de valor provocariam repercussões de largo alcance sobre as tendências contidas na lei geral da acumulação capitalista² tanto para o capital quanto para o trabalho, nas formações sociais dependentes. De uma parte, sob a perspectiva do desenvolvimento capitalista, provocaria entraves à acumulação interna de capital e com isso dificuldades excepcionais para o desenvolvimento industrial e a generalização da mais-valia relativa fundamental para que maiores taxas de exploração revertam-se ao mesmo tempo em melhorias progressivas nas condições de vida da classe trabalhadora. De outra parte, acentuaria a tendência a criação de uma superpopulação relativa às necessidades do capital ou um exército industrial de reserva avultado, com tendência à pauperização da classe trabalhadora. Na Venezuela, a cisão nas fases do ciclo do capital, particularmente entre a estrutura produtiva voltada para a exportação e as necessidades de consumo de amplas massas foi exacerbada ao máximo pelas características próprias do desenvolvimento dependente. Ao mesmo tempo, buscou um equilíbrio mínimo de sustentação interna no consumo subsidiado pelo Estado durante os períodos em que se verificou o enfoque da *siembra petrolera*.

É neste contexto que o consumo mediado pelo Estado converte-se em mecanismo fundamental à realização do capital ao mesmo tempo em que complexifica a dinâmica da exploração da força de trabalho. O acesso à renda petrolera por intermédio do Estado significa, neste contexto, uma distribuição regressiva da renda, a qual é apropriada majoritariamente pelos setores da burguesia comercial, financeira e da burocracia estatal, e minoritariamente pela trabalhadores venezuelanos, cujas condições de trabalho e vida se vêm profundamente afetados pelas contradições do desenvolvimento petrolero. No caso venezuelano, os elevados preços dos produtos de subsistência, os quais são importados, operariam como um entrave estrutural ao desenvolvimento da indústria sobre a base de uma relação orgânica entre redução do valor dos bens-salário e melhoria das condições de vida dos trabalhadores pela incorporação crescente de novos bens à cesta de consumo adquirível pelos salários. Assim, é no desenvolvimento histórico das tendências do capitalismo venezuelano que emerge uma sociedade cindida na qual uma classe trabalhadora precarizada e privada de condições normais de sobrevivência necessita de subsídios estatais advindos da renda petrolera para garantir seu consumo de subsistência.

É neste contexto de prolongado retrocesso das forças produtivas que cresce o interesse sobre a situação das condições de vida da classe trabalhadora. Desde 1989, com a crise revolucionária³ representada pelo *Sacudón* e que foi seguida, em 1992, pela situação revolucionária que questionou diretamente o poder do aparato estatal por meio de duas insurreições de militares que se reivindicavam bolivarianos, o *proceso* venezuelano vem buscando alternativas à crise. Porém, se desde 2005, o *gobierno bolivariano* afirma estar construindo uma transição particular para o socialismo (Giordani, 2009), até o momento o paradigma adotado retoma a máxima de Uslar Pietri, enunciada em 1936, de “*sembrar el petroleo*”. Este projeto, inúmeras vezes retomado, consiste em última instância naquele programa proposto por Furtado, em 1974, o qual visava a utilização pelo Estado da renda petrolera para estimular a indústria de bens de consumo e de capital, bem como a agropecuária. Porém, e a despeito da boa ou má fé dos governos de turno, há fortes indícios de que este programa seja inexecutável em seus objetivos superadores do subdesenvolvimento ou da dependência, no marco dos imperativos do capital⁴.

4. GOBIERNO BOLIVARIANO: SIEMBRA PETROLERA DISTRIBUTIVA E APROFUNDAMENTO DA DEPENDÊNCIA

Apesar disso, a crença de que a renda petrolera poderia ser utilizada como uma alavanca para o desenvolvimento dos demais setores produtivos industriais e agrícolas é, assim como antes, atualmente, talvez a única unanimidade nacional venezuelana. E, dadas as condições precárias de reprodução da classe trabalhadora e a conseqüente cisão das fases do ciclo do capital, cresce a importância do consumo

subsidiado pelo Estado e as transferências estatais para a sobrevivência de parte significativa da classe trabalhadora venezuelana. Como vimos, parte da distribuição da renda petrolera se dá por meio do consumo. É a relevância desse consumo mediado pela renda e subsidiado pelo Estado para a reprodução social uma das características mais singulares da formação econômico-social venezuelana no contexto latino-americano. E, a própria hipertrofia do setor de comércio e serviços, público e privado, pode ser entendida como um mecanismo de ‘equilíbrio’ interno, uma vez que esses setores são responsáveis por transformar em salários (ou consumo) parte da renda nacional. Com isso, ajudam a evitar maiores pressões sobre o padrão de reprodução vigente no país pelo lado da produção de mercadorias, as quais poderiam contribuir para elevar os níveis de acumulação de capital no contexto de uma economia já inundada em divisas. Daí que o *gobierno bolivariano* tenha buscado reimpulsionar o capitalismo dependente petrolero rentista como uma necessidade premente de garantir a reprodução social.

Esse reimpulso foi viabilizado graças à reativação e a recuperação dos preços internacionais do petróleo que se tornou efetiva e sustentada a partir de 2003, atingindo os mesmos níveis de 1979 em 2008. Com base nesta política e na diversificação dos parceiros comerciais principalmente para a Ásia, o governo bolivariano iniciou um movimento para reduzir a dependência quase exclusiva em relação ao mercado estadunidense⁵. Porém, na esfera da produção, o governo venezuelano manteve seus fortes vínculos com as transnacionais estadunidenses, perpetuando as transferências de valor, muito provavelmente motivado pelas difícil condição de dependência tecnológica e comercial.

Daí que, tendo por base a maximização da renda, o *gobierno bolivariano* tenha tratado de promover três mecanismos redistributivos cujo objetivo foi não somente remover os riscos à própria sobrevivência da população trabalhadora precarizada, mas criar condições mais favoráveis ao que os porta-vozes do governo chamaram de *reimpulso productivo*. Em primeiro lugar, retomou a política de subsídios estatais à cesta de consumo dos trabalhadores. Isso foi feito mediante o subsídio direto aos preços dos produtos de primeira necessidade e com a criação ou controle estatal de algumas redes de distribuição à varejo, como a rede pública de distribuição Mercal⁶, que distribui produtos da cesta básica de consumo a preços tabelados, e a nacionalização do *trade* de capital francês Êxito, rebatizado de Superabasto Bicentenário. Porém, cabe mencionar, que apesar dessas iniciativas, a especulação com produtos de primeira necessidade segue sendo uma prática corrente entre pequenos e grandes comerciantes do país, tendo sido um dos elementos que, no início deste ano de 2013, com as discussões em torno da posse ou não do Presidente Chávez em razão de seu tratamento de saúde em Havana, Cuba, voltou ao cenário nacional como um forte elemento de disputa pelo poder e tentativa de desestabilização do governo⁷.

Em segundo lugar, o reimpulso ao rentismo tornou possível uma política de recuperação do salário mínimo em relação ao salário total. A Venezuela liderou o ranking latino-americano de distribuição de renda entre os salários. Analisemos esse tema em uma perspectiva comparativa. O Uruguai, país que goza de uma condição distributiva dos salários menos fraturada em relação a seus vizinhos continentais, em 1999 contava com uma razão de 9,5 pontos entre os quintis 5 (20% mais ricos) e o 1 (20% mais pobres), atingiu em 2010 os 8,6 pontos, com uma variação percentual de menos de 1%. Enquanto isso, a Venezuela reduziu essa diferença em uma razão de 50% entre os mesmos quintis, partindo de 18 pontos de diferença em 1999 para atingir nove pontos em 2010, patamar muito próximo do uruguaio. Daí que os indicadores Venezuelanos talvez possam ser melhor dimensionados em seu impacto político e social se comparados com os brasileiros, os quais gozam de grande prestígio internacional, ainda que tenham obtido impacto social proporcionalmente menor. No Brasil de Lula da Silva e Dilma Rouseff a redistribuição entre os quintis 1 e 5 partiu de 35,6 para serem reduzidos a 23,9 em 2009, encurtando as diferenças salariais entre os mais ricos e os mais pobres em cerca de 14 pontos, ou cerca de 33%. Por outro lado, na Venezuela, a renda nacional concentrada em 54,4% em 1999 nos 20% mais ricos, reduziu-se em 9,2 pontos, passando a 45,2%, em 2010.⁸ A mesma vantagem em indicadores sociais a Venezuela ostenta quando escrutinamos o coeficiente de GINI⁹, cuja redução na Venezuela foi de -79 pontos (ao baixar de 0,471 para 0,392), contra os -70 pontos do Uruguai (de 0,492 a 0,422) e os -51 pontos do Brasil (de 0,627 para 0,576), entre 1990 e 2010.

Um terceiro mecanismo redistributivo da renda nacional foi viabilizado pela ampliação dos serviços ou transferências de renda aos setores mais vulneráveis da população. As chamadas *Misiones*, programas de atendimento a necessidades sociais em saúde, educação, habitação e ativação econômica, entre outros, coordenados centralizadamente pelo executivo e com recursos diretos da empresa petrolera nacional, PDVSA, estiveram dirigidas majoritariamente aos moradores dos *barrios*¹⁰. Para essas políticas foi fundamental a criação de diversos fundos sociais constituídos pela PDVSA¹¹, os quais ultrapassam os 10% do total de

investimentos realizados pela empresa, segundo legislação aprovada e os relatórios de prestação de contas da estatal. A implementação das *Misiones*, por sua vez, somente foi possível devido a uma ruptura com a antiga orientação da empresa que reinvestia quase exclusivamente seus lucros no exterior. Tal giro na política da petroleira somente foi possível graças às mudanças operadas após a paralisação da empresa por parte da oposição ao governo com o objetivo de derrubá-lo. Neste contexto de acirramento da luta de classes, a tomada inédita de controle de PDVSA pelo Estado nacional venezuelano foi possível por meio de 63 dias de controle operário da produção que fez frente à paralisação liderada pela oposição, entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003¹². Porém, o investimento social de PDVSA consiste na prática em consumo e recoloca em pauta o tema da divisão da renda petroleira entre consumo e investimento produtivo, o qual segue sem uma solução de continuidade. E, finalmente, cabe mencionar neste caso a inexistência de dados sobre uma eventual redistribuição da renda nacional entre salário e lucro, indicador mais fundamental de alguma eventual redução de desigualdade em relação as aqui apresentadas, restritas aos assalariados.

Os elementos redistributivos elencados, de qualquer forma, sofreram impactos de outros que lhes são simultâneos. A redução do desemprego (que caiu de 18% em 2003 para 6,4% em 2012) e a ampliação dos direitos previdenciários a idosos e donas de casa que não contribuíram ao longo da vida de trabalho com a previdência (em percentual pequeno mas ainda assim novidoso que atinge 2,2% do total da população idosa, com a concessão de 54.084 pensões, em 2012) são fatores que compõem o quadro econômico de recuperação geral das condições de vida dos trabalhadores. De outra parte, à redução do emprego na indústria (conf. Tabela 2), e ao incremento em mais de 10% no número de trabalhadores empregados em setores de baixa produtividade ao longo do governo bolivariano, agregue-se o aumento do emprego informal que se elevou de 39,1% em 1990 para 49,8% em 2008, conformando uma situação de ampliação do emprego em que cresce o trabalho precário¹³.

Foram essas medidas, ainda que limitadas, as que propiciaram o reequilíbrio do padrão rentista sob nova forma, ou seja, a maximização da renda mediante a recuperação dos preços internacionais do petróleo e respeito às cotas da OPEP para subsidiar o consumo, redistribuir renda com alguma vantagem para os setores que percebem salários mais baixos ou obtém rendas médias em detrimento dos que percebem salários mais altos, e implantar programas e serviços sociais públicos direcionados principalmente aos moradores dos *barrios*. Isso consistiu em uma política de reativação da economia na esfera da distribuição, mas que, todavia não encontrou solução estrutural. Ao contrário, repousa sobre os limites estreitos oferecidos pela estrutura da propriedade¹⁴, pela heterogeneidade estrutural da economia e naquilo que a CEPAL chamou de “divergencia productiva”¹⁵.

Além disso, o novo capitalismo dependente petrolero rentista que marca a primeira década do século XXI venezuelano vem se desenvolvendo sob uma conjuntura internacional distinta e foi sustentado sobre bases sociais muito diversas daquela experiência *puntofijista*. Décadas de aprofundamento de desigualdades, a crise pré-revolucionária do *Sacudón* de 1989 seguida pela situação revolucionária criada pelas insurreições militares de 4F e 27N, de 1992, com a constituição do *movimiento bolivariano radical de masas*¹⁶ marcariam diferenças no perfil do rentismo bolivariano¹⁷. Neste sentido, também os processos sociais e políticos que subjazem à rigidez da estrutura produtiva venezuelana devem ser compreendidos para analisar as atuais contradições que atravessam o *proceso bolivariano* da Venezuela.

Tudo indica que o resultado das políticas redistributivas do *gobierno bolivariano* sob uma conjuntura de crise capitalista em geral que se prolonga desde os anos 1970 e se acirra a partir de 2008, bem como a crise do padrão de reprodução do capital na Venezuela, incluindo o regime de acumulação, explicam em parte a violenta reação dos setores que anteriormente apropriavam-se majoritariamente da renda nacional. Assim, a despeito dos eventuais limites interpretativos dos dados acima mencionados, neste ponto, cabe a reflexão sobre o peso político que exercem os elementos ideológicos na apreciação das conquistas sociais do *gobierno bolivariano*. Somente adicionando o impacto ideológico da afirmação de que na Venezuela está em marcha um projeto de transição ao Socialismo do Século XXI à análise é possível compreender o significado histórico do processo político em marcha no país em seu contexto latino-americano e mundial. Ainda que essa afirmação não garanta o critério político fundamental de uma transição ao socialismo —qual seja, o poder direto de trabalhadores em uma esfera unificada da política e da economia, legislando e produzindo sob uma nova forma de organização que não o Estado tal como o conhecemos— sua reiteração no discurso político de Hugo Chávez agrega um componente explosivo a toda análise que se pretenda fazer do *proceso bolivariano* da Venezuela, os quais muitas vezes, interdita o debate que uma experiência social dessa envargadura exigiria dos analistas.

A título de conclusão provisória, os elementos apresentados apontam que o *Gobierno Bolivariano* da Venezuela reativou o padrão de reprodução do capitalismo venezuelano - petrolero e rentista - sob uma nova arquitetura distributiva da renda articuladamente a uma estratégia de diversificação dos parceiros comerciais. Isso permitiu um incremento da renda que garantiu uma estabilização mínima para os mais graves problemas de reprodução social da população trabalhadora que enfrentava dificuldades para obter os produtos básicos de subsistência, bem como um fôlego de algumas décadas para a busca de soluções mais estruturais, ao haver reorientado parte importante do destino da produção ao Oriente, região que deverá incrementar em 75% sua demanda pelo produto até 2030, segundo a OPEP. Porém, de outra parte, isso foi feito aprofundando a dependência ao petróleo e às importações, sem ser capaz até o momento de reverter o retrocesso das forças produtivas em todos os demais ramos – fenômeno que quando analisado do ponto de vista dos indicadores macroeconômicos dos preços, em especial o câmbio, caracteriza a chamada “doença holandesa” (Palma, 2005).

A análise, ainda que inicial, do ciclo do capital na economia venezuelana aponta entraves em todas as fases de sua reprodução, as quais são marcados pela transferência de valor e pela cisão ou ruptura entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo dos trabalhadores. Essas características sugerem dificuldades de largo alcance para a superação da dependência a partir do atual padrão de reprodução do capital venezuelano. Isso coloca em questão os limites impostos a uma estratégia de superação da dependência que não esteja apoiada em uma complementariedade produtiva com os demais países da região, em uma perspectiva de integração pautada pelo atendimento das necessidades dos povos. Daí a importância de uma integração regional que não se oriente pelos estreitos parâmetros do mercado não somente para o sucesso das aspirações sociais do *Proceso Bolivariano* da Venezuela, como para explorar potencialidades superadoras da dependência contidas neste momento histórico singular que vive a América Latina em sua relação com o mercado mundial.

NOTAS

- 1 A expressão “fardo histórico” está inspirada em Mészáros (2007).
- 2 O tempo presente é justamente o campo privilegiado da intervenção ideológica, inclusive pelo ambiente ou clima ideológico compartilhado pelo próprio pesquisador, como nos lembra Sirinelli. O autor de *Idéologie, temps et histoire* nos oferece a pista para enfrentar o desafio do tempo presente: “não há nada mais que o *métier*. Ele só permite ao historiador, calado perante as regras de método e o rigor que deve limitar em todas as circunstâncias sua prática e por todos os períodos estudados, utilizando, no seio dessas mesmas práticas, as diversas temporalidades — diferentes ritmos de acordo com os objetos estudados —, submeter seu registro à geometria variável de seu próprio tempo” (SIRINELLI, 1992: 97, tradução de Carla Ferreira, de agora em diante apenas C.F.). Mais sobre a história do tempo presente em Padrós (2004).
- 3 Sobre a perspectiva da longa duração na História, ver Braudel (1978) e Osorio (2001).
- 4 El aparato de Estado es la *reificación* de las relaciones de dominio, de mando-obediencia y de construcción de comunidad. Si a nivel Estado las relaciones de dominio se despliegan en la totalidad social, a nivel de aparato de Estado dichas relaciones se presentan *condensadas y acotadas* a instituciones (fundamentalmente aquellas que conforman los clásicos tres poderes del Estado moderno: Ejecutivo, Legislativo y Judicial), personeros y en un cuerpo de leyes. Esa condensación y acotamiento de las relaciones estatales permite que instituciones como el mercado, la familia, la iglesia, escuelas, medios de comunicación y fábricas, entre las más relevantes, se presenten como exteriores al aparato y también al Estado, a lo menos en las formas democrático-liberales. Esto permite, en su fetichización, que *la esfera de lo político se estreche aún más*, ya no sólo separada de lo económico, sino también reducida al ámbito del aparato en sentido estricto. Esta es una [de] las manifestaciones que propicia la *forma* aparato de Estado. Con ello se obscurece (como negación) que el poder (en tanto relación) atraviesa la totalidad de la vida societal. Más aún, el *aparato de Estado tiende a ser percibido como ‘el Estado’* y emerge como una institución por encima de la sociedad. (OSORIO, 2010, p. 38-9)
- 5 Sobre recursos naturais e geopolítica sulamericana ver Bruckmann (2012).
- 6 A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Sul-americana (IIRSA) consiste em um projeto voltado para a exportação de recursos naturais para os mercados asiáticos com sérias repercussões sobre o equilíbrio ambiental, as comunidades indígenas e o patrimônio histórico e arqueológico da América do Sul.
- 7 Sobre o crescente papel desempenhado pelo Peru na estratégia de militarização da América do Sul no entorno amazônico ver Bruckmann (s/d).

- 8 Entre os autores que contribuíram para as formulações da TMD, destacamos, em primeiro lugar Marini (1973), Bambirra (1978) e Caputto e Pizarro (1971). Também Dos Santos (1991). Mais recentemente Sotelo Valencia (2003), Osorio (2004; 2012a; 2012b, no prelo), Amaral e Carcanholo (2012), Luce (2011, 2012a, 2012b, 2013), Martins (2011) constituem-se como referências importantes, além da tese inédita de Nildo Ouriques.
- 9 De um primeiro conjunto de fontes memorialísticas destacamos as seguintes: Blanco Muñoz (1998) gravou horas de entrevistas com Hugo Chávez entre 1995 e 1998, registrando a memória que o presidente venezuelano construiu sobre os acontecimentos desde o 4F até sua vitória na campanha eleitoral de 1998. Em Dieterich (2001), Chávez resume suas ideias políticas, em entrevista realizada ao início de seu primeiro mandato, em 1999. O livro traz um apêndice com o documento *La transición posible*, datado de 11 de abril de 1998, reunindo as linhas diretrizes do projeto bolivariano do governo Chávez. Em Bilbao (2001), pode-se ver a visão do presidente venezuelano sobre os três primeiros anos de mandato e, em Bilbao (2003), o relato com suas memórias e balanço político sobre o golpe de 11 de abril de 2002 e a sabotagem petroleira de 2002-2003. Ambos os volumes são acompanhados de apêndice fotográfico de Chávez em acontecimentos políticos daqueles anos. Uma outra fonte memorialística é Harnecker (2002), cuja entrevista busca salientar os antecedentes do *proceso venezolano*, chamado de Revolução Bolivariana, até os idos do golpe e contragolpe de abril de 2002, passando por temas como a “transição pacífica”, os militares, o lento avanço em direção a uma economia alternativa. Em sua *Introducción*, Harnecker procura sustentar a ideia de que a Venezuela experimenta “un proceso *sui generis*, que rompe con los esquemas preconcebidos de los procesos revolucionarios” e sugere que, nos eventos de abril de 2002, “paradójicamente, habría habido una contrarrevolución sin una revolución” (*Ibidem*, p.7-8). Em *Los fabricantes de la rebelión*, Denis (2001) registra sua visão sobre o movimento popular das favelas de Caracas.
- 10 Os trabalhos que merecem destaque entre as biografias sobre Hugo Chávez são as escritas por Guerrero (2007) e Jones (2008). Uma abordagem bastante avessa ao líder do Processo Bolivariano foi escrita por Marcano y Tyszka (2004).
- 11 O jornalista inglês Richard Gott (2000) contribui de forma importante para este gênero, tendo como antecedente relevante o trabalho de Zago (1998) que fez um pormenorizado relato da experiência dos militares do MBR200 presos depois da insurreição de 1992.
- 12 São exemplos os trabalhos Dieterich (2005); Lebowitz, s/d e (2012); Parker (2000, 2001 e 2006), Biardieu (2007); Contreras (2007); Bilbao (2008), que em seu epílogo afirma: “En cambio la resultante primera y de mayor trascendencia de este formidable arroyo venezolano ya está afirmada: el *Renacimiento* del socialismo”.
- 13 Álvarez (2009); Crazut (2006); El Troudi (2010); Giordani (2009); Medófilo (2001); Willpert (2009)
- 14 López-Maya (2003); Woods (2006); Harnecker (2008); Mendes (2011).
- 15 Astorga (2003), Mommer (2002, 2003); Ellner e Hellinger (2003) Rodríguez (2006); López-Maya (2009); Ribeiro (2009).
- 16 No período de 1886 a 1926, as exportações de café, cacau e gado representaram em média cerca de 80% das exportações totais venezuelanas. Apesar disso, o crescimento do volume de exportações anual durante o período foi de menos de 1%, evidenciando o estancamento das forças produtivas. A baixa de preços que ocorreu entre os anos 1896 a 1910 acentuou a crise que já se verificava destas atividades (CÓRDOVA, 1977: 135).
- 17 Simplificadamente, a *renda diferencial* corresponde à diferença entre a renda da terra obtida na parcela mais produtiva da terra em relação à renda obtida nas parcelas menos produtivas. Logo, a diferença entre a renda obtida na terra mais produtiva em relação àquela obtida na terra menos produtiva é denominada de *renda diferencial*. Uma definição mais precisa em Marx (1983, Livro III, Tomo 2).
- 18 Sobre a heterogeneidade das implantações industriais entre os países latino-americanos conf. Bambirra (1974) e sua classificação da Venezuela como país em que a indústria tenta se desenvolver depois da fase de consolidação monopólica do capitalismo mundial.
- 19 Punto Fijo é o nome da localidade em que foi firmado um dos pactos que caracterizou o referido período.
- 20 Coronil analisa o Avenimiento Obrero Patronal, firmado em 24 de abril de 1958 e afirma “Este acuerdo subordinava las demandas de los trabajadores a la necesidad de crear el clima de estabilidad considerado necesario para la consolidación de la democracia, y establecía que la negociación colectiva era el único mecanismo permitido para que los trabajadores ejercieran presión sobre la patronal” (CORONIL, 2002: p. 245-6).
- 21 Este estudo restou inédito no Brasil até o ano de 2008, quando foi recuperado entre os papéis de Furtado por Rosa Freire d’Águiar Furtado, jornalista e tradutora brasileira, viúva do economista, que vem publicando textos inéditos de seu falecido marido em trabalho realizado junto ao Centro Celso Furtado.
- 22 Em termos numéricos, no entanto, os protestos de motivação econômica do ano 1973 superam largamente aqueles de 1983. Em 1973 os registros da Base de Datos El Bravo Pueblo (UCV) apontam 580 protestos de caráter econômico, indicando acirramento das disputas pela redistribuição da renda petroleira, enquanto em 1983 foram registrados 184, voltando a crescer ao longo de toda a década de 1990 (LÓPEZ MAYA e LANDER, 2006: 24).
- 23 Expressão cunhada pelo economista brasileiro Celso Furtado.
- 24 Expressão utilizada originalmente por FRANK (1966).
- 25 O número de vítimas admitido pelo órgãos oficiais é de 289. Organizações não governamentais de direitos humanos, como PROVEA publicaram informes nos quais este número supera a 500 mortos (LUCENA, 2010: 386), podendo ser superado dois mil pessoas assassinadas. O termo *Sacudón* nos parece mais apropriado uma vez o fenômeno não ter se restringido à Capital, Caracas, mas ter atingido todas as principais cidades do país. Mais sobre o *Sacudón* em López-Maya (2005, 2003^a e 2003b).

- 26 O Padrão de Reprodução do Capital consiste em uma categoria de análise elaborada no âmbito da Teoria Marxista da Dependência e que tem o mérito de reconstituir as regularidades verificáveis no ciclo do capital observáveis em sua reprodução em um período histórico e território determinados, e que podem ser alcançados indagando sobre “quem produz?”, “o que produz?”, “como produz?” “para quem produz?”. Mais sobre o *padrão* em Osorio, Ferreira e Luce (2012).
- 27 *Billón* em espanhol corresponde a unidade seguida de doze zeros, ou seja, ao *trilhão* em português.
- 28 Transferência de valor consiste na exportação de valor produzido internamente a uma indústria ou economia nacional para outra indústria ou nação e cuja operação econômica se fundamenta na equalização da taxa de lucro no mercado mundial entre indústrias e países com diferentes graus de produtividade média, equalização essa que afeta particularmente as indústrias de menor composição orgânica ou as economias de menor desenvolvimento relativo. Essas transferências ocorrem por meio das formas da dependência comercial, financeira e tecnológica, mediante mecanismos como endividamento externo, pagamento de royalties e remesas de lucro, entre outros. Mais sobre o tema em Marini (1973).
- 29 Sobre a Lei Geral da Acumulação conf. Marx (1983. Livro II, Vol. 2).
- 30 A distinção entre as três fases revolucionárias, “crise pré-revolucionária”, “situação revolucionária” e “revolução”, formulada por Lênin, foi sistematizada em Marini (1976, p. 116) e Arcary (2000).
- 31 Daí a expressão cunhada por Perez Alfonso (1975) “excremento del diablo”.
- 32 Esse movimento poderá ser particularmente importante nos próximos anos, quando a redução projetada pela OPEP da demanda de hidrocarbonetos pelos EUA será parcialmente compensada pelo incremento em 75% da demanda asiática, puxada pela China, até 2035. FONTE: OPEC. World Oil Outlook 2012.
- 33 Os preços do Mercal estão publicados no sítio do governo federal. São 209 Mercal Tipo I (Botica Popular, serve de apoio à Missão Barrio Adentro e está destinado a distribuir medicamentos; 26 Mercal Tipo II (mercados de produtos essenciais), 17 Supermercado (similar ao Tipo II, porém em maiores dimensões). FONTE: Ministério del Poder Popular para la Alimentación.
- 34 Problemática enfrentada também no Chile durante o governo da Unidad Popular (1970-1973), quando foram criadas as Juntas de Abastecimiento e Precios (JAP).
- 35 FONTE: CEPAL. Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe (2011: 69). Tomamos esses dados por serem os mais detalhados que encontramos. Porém, salta a inconsistência de 0,1% entre a variação da redução do Quintil 5 e o somatório da ampliação da participação da renda dos Quintis 1, 2, 3 e 4.
- 36 O índice de GINI mede o grau de concentração de renda, mas é insuficiente como medida de desigualdade por não considerar aspectos como concentração da propriedade.
- 37 São mais de 16 *misiones* (entre elas Ribas, Alimentación, AgroVenezuela, Barrio Adentro, Vuelvan Caras, Milagro, Guai-caipuro, Sucre, Identidad, Robinson, Revolución energética, Árbol, Música, e em especial a Gran Misión Vivienda), além de projetos como os Núcleos de Desarrollo Endógeno, Proyectos Agrícolas, Proyecto Autogas, Obras Hidráulicas, Plan de Vialidad, Proyectos de Infraestructura, Fondo Alba Caribe, Fondo Bicentenario, Fondo Seguridad, Fondo Mirana, Deporte, Fondo Chino, Apoyo a Emergência por Lluvias, Plan Caracas Bicentenario, Aportes a Comunidades, Aporte Social Proyectos de Inversión PDVSA, os quais são destinados a projetos de melhoria das condições de vida da população mais pobre além de apoio solidário a países do Caribe que integram o projeto da Aliança Bolivariana para Nuestra América (ALBA).
- 38 Tratam-se dos seguintes fundos: Fondo Independencia 200, Fondo Simón Bolívar de Reconstrucción Integral, el Fondo de Desarrollo Social de PDVSA, Fondo Petrobonos, Fondo de Asfalto y el Fondo de Empresas de Propiedad Social (EPS), além de contribuições ao Fondo de Desarrollo Nacional (FONDEN), ao Fondo para el Desarrollo Económico y Social del País (FONDESPA) e ao Fondo Chino. Adicionalmente, a Junta Directiva de PDVSA aprovou em 2008 que 10% do montante investido em obras e projetos pretroleiros de todas as suas filiais seja dedicado ao Desenvolvimento Social. No ano de 2011, estes 10%, ou pouco mais de US\$ 4 milhões de dólares, foram direcionados para a Gran Misión Vivienda Venezuela. FONTE: PDVSA, Informe de Gestión 2011.
- 39 A história do controle operário de PDVSA 2002-2003 foi relatada em Ferreira, 2012.
- 40 Sobre o trabalho precário conf. Sotelo Valencia (2003).
- 41 Nem sequer contamos com dados sobre a distribuição da renda nacional entre salário, lucro e renda, a fim de uma avaliação mais acurada sobre uma efetiva redistribuição percentual do excedente nacional entre trabalhadores e capitalistas, comparáveis em séries históricas.
- 42 La concentración del ingreso es una consecuencia preocupante de la heterogeneidad estructural, pero no es la única: la “divergencia productiva” impone también una gran segmentación de los mercados laborales, que se manifiesta en la línea divisoria entre el empleo de alta y baja productividad, o entre el empleo formal (más cerca de la vanguardia tecnológica, con un nivel educativo superior, mejores condiciones laborales y mayor resguardo de la institucionalidad laboral) e informal (con menos ingresos, menor nivel educativo, inestabilidad, limitada cobertura de seguridad social y ausencia de contrato de trabajo) (CEPAL, PSLA, 2011: 26).
- 43 Analisamos a constituição histórica do *movimiento bolivariano radical de masas* em Ferreira (2012).
- 44 Sobre as distinções entre crise-pré-revolucionária, situação revolucionária e revolução conf. Arcary (2000).

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Marisa Silva, CARCANHOLO, Marcelo Dias (2012). Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla, LUCE, Mathias Seibel, OSORIO, Jaime (orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo, Boitempo Editorial.
- ASTORGA, Pablo (2003). “La industrialización en Venezuela (1936-1983). El problema de la abundancia”. In: CÁRDENAS, H, OCAMPO, J. A, THORP, R (orgs). *Industrialización y estado en América Latina*. México, Fondo de Cultura Económica.
- ARCARY, Valerio (2000). *As esquinas perigosas da história. Um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista*. FFLCH-USP. Tese de Doutorado em História. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24052002-150419/pt-br.php>. Acesso em novembro de 2011.
- BAMBIRRA, Vania(1978). *El capitalismo dependiente latino-americano*. Siglo XXI. México.
- BAPTISTA, Asdrúbal (2006). *El relevo del capitalismo rentístico*. Hacia un nuevo balance del poder. Caracas, Fundación Empresas Polar.
- BELL, P. L (1922). *Venezuela: A commercial and Industrial Handbook*. Washington, US Department of Commerce.
- BILBAO, Luis (2008). *Venezuela en revolución: renacimiento del socialismo*. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2008.
- _____ (2003). *Chávez después del golpe y el sabotaje petrolero*. Conversaciones con Luis Bilbao (II). Buenos Aires, Capital Intelectual.
- _____ (2002). *Chávez y la Revolución Bolivariana*. Conversaciones con Luis Bilbao. Buenos Aires, Capital Intelectual.
- BLANCO MUÑOZ, Agustín (1998). *Habla el comandante*. Caracas, UCV.
- BRUCKMANN, Monica (2012). “Recursos naturales y la geopolítica de la integración Sudamericana. América Latina en Movimiento, 21 de abril de 2012. Disponível em <<http://es.scribd.com/doc/111411198/Monica-Bruckmann-Recursos-naturales-y-la-geopolitica-de-la-integracion-sudamericana>>
- _____. El gobierno de Alan Garcia y la geopolítica de la derecha en America Latina. Revista do Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos. Comunicação e Política, V.28, nº 1: 213-220. Disponível em <<http://www.cebela.org.br/site/baCMS/files/92924NCT1%20M%C3%B3nica%20Bruckmann.pdf>>
- CHESNAIS, François (2005). “Dez teses sobre a mundialização do capital”. In: FERREIRA, Carla e SCHERER, André. *A ditadura do capital financeiro no Brasil: reflexões e alternativas*. Lajeado, Univates.
- CORDOVA, Armando (1977). “La estructura económica tradicional y el impacto petrolero em Venezuela”. In: CORDOVA, A., SILVA MIQUELENA, Hector. *Aspectos teoricos del subdesarrollo*. Caracas, UCV.
- _____ (1977b). “Consideraciones acerca del tipo de desarrollo alcanzado por la economía venezolana” In: CORDOVA, A., SILVA MIQUELENA, Hector. *Aspectos teoricos del subdesarrollo*. Caracas, UCV.
- CORONIL, Fernando (2002). *El estado mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Caracas: Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la Universidad Central de Venezuela / Editorial Nueva Sociedad.
- CRAZUT, Ramón (2006). *La siembra del petróleo como postulado fundamental de la política económica venezolana*. Esfuerzos, expectativas y frustraciones. Caracas, UCV/BCV.
- DAVIS, Mike (2008). Planeta favela. São Paulo, Boitempo.
- DIETERICH, Heinz (2001). *Hugo Chávez: Un nuevo proyecto latinoamericano*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales.
- _____ (2005) *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI*. Buenos Aires, Nuestra América.
- EL TROUDI, Haiman (2010). *La Política Económica Bolivariana y los dilemas de la transición socialista en Venezuela*. Caracas, CEPES/Monte Ávila.
- ELIZALDE, Rosa Miriam e BÁEZ, Luis (2004). *Chávez Nuestro*. Testimonios inéditos. La Habana, Casa Editorial Abril.
- FERREIRA, Carla, SCHERER, André Forti (2005). *A ditadura do capital financeiro no Brasil, reflexões e alternativas*. Lajeado, Univates,
- FERREIRA, Carla C. C. (2006) *Ideologia bolivariana: as apropriações do legado de Simon Bolívar em uma experiência de povo em armas na Venezuela*. O caso da Guerra Federal (1858-1863). Dissertação de Mestrado em História. IFCH-PPGHIST-UFRGS. Porto Alegre.
- FERREIRA, Carla, OSORIO, Jaime, LUCE, Mathias Seibel (2012). *Padrão de Reprodução do Capital. Contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- FERREIRA, Carla (2012). *A classe trabalhadora sob o proceso bolivariano da Venezuela. Contradições e conflitos do capitalismo dependente petrolero rentista (1989-2010)*. Tese doutoral, PPGHIST/UFRGS.
- FRANK, Andre Gunder (1966). *El desarrollo del subdesarrollo*. Selecciones de Monthly Review en Castellano, Santiago do Chile.

- FURTADO, Celso (2008). *Ensaio sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- GARRIDO, Alberto (2000). *La historia secreta de la revolución bolivariana*. Caracas: Editorial Venezolana, 2000.
- GIORDANI, Jorge (2009). *La transición venezolana al socialismo*. Caracas, Vadell Hermanos, 2009.
- _____ (2007). *La transición venezolana y la búsqueda de su propio camino*. Caracas, Venezuela.
- GOTT, Richard (2002). *A la sombra del libertador: Hugo Chávez y la transformación de Venezuela*. Caracas, Imprenta Nacional.
- GUERRERO, Modesto Emilio (2007). *Quién inventó a Chavez?* Buenos Aires, Ediciones B, 2007.
- GUTIÉRREZ, Alejandro (2005). “Políticas macroeconómicas y sectoriales: impactos sobre el sistema agroalimentario nacional (1999-2003)”. In: TAYLHARDAT, Leonardo, CASTILLO, Ricardo, MORALES, Agustín. *Globalización, integración económica y seguridad alimentaria*. Caracas, Editorial Tropykos.
- HARNECKER, Marta (2002). *Hugo Chávez Frias. Un hombre un pueblo*. Caracas, Asociación Civil Universitarios por la Equidad/Imprenta Nacional, 2002.
- HASSAN, Mostafa (1975). *Economic Growth and Employment Problems in Venezuela*. Nova York, Praeger.
- HELLINGER, Daniel. “Nationalism, Globalization and Chavismo”. Artigo preparado para o Encontro da Latin American Studies Association, Washington DC, September 2-8, 2001. Disponível em <<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/HellingerDaniel.pdf>>. Acesso em outubro de 2008.
- JONES, Bart (2008). *Hugo Chávez. Da origem simples ao ideário da Revolução Permanente*. São Paulo, Editora Novo Conceito.
- LEBOWITZ, Michael (2010). *Build it now: Socialism for the twenty-first century*. Links. International Journal of Socialist Renewal. Dossier No. 3. Disponível em <<http://www.links.org.au>>. Acesso em novembro de 2010.
- LÓPEZ MAYA, Margarita, GÓMEZ CALCANO, Luis e MAINGÓN, T. (1989). *De Punto Fijo al Pacto Social: Desarrollo y Hegemonía en Venezuela: 1958-1985*. Caracas, Fondo Editorial Acta Científica Venezolana.
- LÓPEZ MAYA, Margarita, LANDER, Luis (2009). “El socialismo rentista de Venezuela ante la caída de los precios petroleros internacionales”. Caracas, Cuadernos del CENDES Año 26, N° 71, mayo-agosto, pp. 66-87.
- _____ (2005). *Del viernes negro al referendo revocatorio*. Caracas. Alfa Grupo Editorial, 2005.
- _____ (2003a). “Movilización, institucionalidad y legitimidad en Venezuela”. Caracas: Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales, vol. 9, n° 1 (ener.-abr.), pp. 211-226.
- _____ (2003b). The Venezuelan Caracazo of 1989: Popular Protest and Institutional Weakness. *Journal of Latin American Studies* No. 35, pp. 117-137. Cambridge University Press. United Kingdom.
- LUCE, Mathias Seibel (2012). “A superexploração da força de trabalho no Brasil”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. São Paulo, n. 32, pp. 119-41, jun.
- LUCE, Mathias Seibel (2013). Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *Revista Trabalho, Educação, Saúde. ESPJV-Fiocruz*. Rio de Janeiro, vol.11, n.1, fev.
- LUCENA, Hector (2012). “Reestructuración productiva en Venezuela: balance laboral”. In: DE LA GARZA, Enrique, NEFFA, Julio César (orgs.). *Trabajo y modelos productivos en América Latina*. Buenos Aires, CLACSO.
- _____ (2005). “La crisis política en Venezuela: repercusiones y respuestas del movimiento sindical”. In: DE LA GARZA, Enrique (org.). *Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina*. CLACSO, Buenos Aires.
- MARCANO, Cristina e TYSZKA, Alberto Barrera (2004). *Hugo Chávez sem Uniforme*. Rio de Janeiro: Editora Gryphus.
- MARINI, Ruy Mauro (1973). *Dialéctica de la dependencia*. Cidade do México: Era, 1973.
- _____ (1976). *El reformismo y la contrarrevolución*. Estudios sobre Chile. Cidade do México, Era.
- _____ (1975). *Superexplotación y clase obrera. El caso mexicano*. Cuadernos Políticos, México D.F., Era, n.36, n.6, p.5-23. Disponible en <www.cuadernospoliticos.unam.mx>.
- _____ (2000). Las razones del neodesarrollismo. In: SADER, Emir. *Antología de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis. Vozes.
- MARTINS, Carlos Eduardo (2011). *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- MARX, Karl (1983-1984). *O Capital*. São Paulo, Abril Cultural, 3 Vols.
- MAZA ZAVALA, Domingo (1982). “La economía de Venezuela contemporánea y sus proyecciones”. In: MAZA ZAVALA et al. *Venezuela. Crecimiento sin desarrollo*. Cidade do México, UCV/Editorial Nuestro Tiempo.
- MÉSZÁROS, István (2007). *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico*. São Paulo: Editorial Boitempo.
- MOMMER, Bernard (2003). *Petróleo Global y Estado Nacional*. Caracas: Comala.com.
- _____ (2002). *La Cuestión Petrolera*. Caracas: Tropykos.

OSORIO, Jaime (no prelo). Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). Superexploração e desenvolvimento dependente. Brasília, IPEA.

_____. (2009). Dependência e superexploração. In: MARTINS, Carlos Eduardo, SOTELO VALENCIA, Adrián (eds.). A América Latina e os desafios da globalização. Ensaios dedicados a Ruy

ORTA, Celio S (1982). “Los obstáculos al crecimiento autosostenido de la agricultura venezolana”. In: MAZA ZAVALA et al. Venezuela. *Crecimiento sin desarrollo*. Cidade do México, UCV/Editorial Nuestro Tiempo.

PADRÓS, Enrique Serra (2004). “Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente”. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.199-223, jan./dez..

PALMA, Gabriel (2005). Four sources of “De-industrialization” and a new Concept of the “Dutch Disease”. In: OCAMPO, José Antonio (org.). Beyond reforms: structural dynamics and macroeconomic volatility. Stanford, Stanford University Press.

PARKER, Dick (2007). “¿I desarrollo endógeno: ¿camino al socialismo del siglo XXI?” Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, Caracas, v.13, n.2, mayo-agosto, pp. 59-85.

_____. (2001). “El chavismo: populismo radical y potencial revolucionario”. Caracas: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, vol.7, n.1 (ene.-abr.), pp.13-44.

_____. (2000). “Chávez y el chavismo: una aproximación”. Caracas: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, vol.6, n.1 (ene.-abr.), pp.71-80.

PÉREZ ALFONSO, Juan Pablo (1975). *Hundiéndonos en el excremento del diablo*. 4ª ed. Caracas, Editorial Lisbón, 1975.

RABY, Diana (2008). *Democracia y revolución: América Latina y el socialismo hoy*. Caracas, Monte Ávila.

RODRÍGUEZ, Policarpo A. (2006). Petróleo en Venezuela ayer, hoy y mañana. Cinco décadas de historia económica venezolana. Colección Los Libros de El Nacional, Caracas.

SERENI, Emilio (1973). “La categoría de formación económico-social”. In: LUPORINI, Cesare, SERENI, Emilio. El concepto de “formación económico-social”. Cuadernos de Pasado y Presente, Buenos Aires, n.39.

SILVA MICHELENA, Hector (1977). “Problemas de la ocupación en una economía petrolera”. In: CORDOVA, Armando, SILVA MICHELENA, Hector. Aspectos teóricos del subdesarrollo. Caracas, UCV.

SKURSKI, Julie (1985). *Forging the nation*. Chicago, University of Chicago, 1985. Mimeo.

SIRINELLI, Jean F (1992). “Idéologie, temps et histoire”. In: Agnès Chauveau et Philippe Tétart. *Questions à l'histoire des temps présents*, Éd. Complexe, Paris.

SOTELO VALENCIA, Adrián (2003). La reestructuración del mundo del trabajo: superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo. Cidade do México, Editorial Itaca.

USLAR PIETRI, Arthuro (1977). “Sembrar el petróleo”. In: SUÁREZ FIGUEROA, Naudy. Ed. *Programas Políticos Venezolanos de la primera mitad del siglo XX*. Tomo II. Caracas, Universidad Católica Andrés Bello, p. 165.

VERA, Leonardo (2009). “Cambio estructural, desindustrialización y pérdidas de productividad: evidencia para Venezuela”. Caracas, Cuadernos del CENDES Año 26, Nº 71, mayo-agosto, pp. 89-115.

FONTES

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. CEPALSTAT. <<http://www.cepalstat.cl>>. Acesso em fevereiro de 2011.

_____. Panorama Social da América Latina, 2011. Acesso em janeiro de 2013.

_____. Séries de 1950-2008. Acesso em fevereiro de 2011.

_____. Anuário Estatístico 2011. Acesso em janeiro de 2013.

PDVSA. Informe Anual 2011. Disponível em www.pdvsa.com

PDVSA. Balance Social y Ambiental 2011. Disponível em www.pdvsa.com

OPEC. World Oil Outlook 2012. Opec Secretariat. Viena Austria. Disponível em http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/WOO2012.pdf. Consultado em setembro de 2012.

UNITED NATIONS. UN-HABITAT. The challenge of slums: global report on human settlements 2003. Londres, Earthscan, 2003.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA ALIMENTACIÓN. Red Mercal. Disponível em http://www.mercal.gob.ve/web/index.php?option=com_wrapper&Itemid=37